

Ilona Szabó

A defesa do espaço cívico



Nota ao leitor

No início de 2019, fui alvo de uma campanha digital perversa, orquestrada pelos principais apoiadores do então recém-eleito presidente Jair Bolsonaro. A multidão virtual de bolsonaristas — na qual se incluíam pessoas reais, perfis falsos e robôs — exigiu que o presidente “me demitisse” de um conselho voluntário de políticas públicas que o seu próprio ministro da Justiça, Sergio Moro, havia me convidado a integrar. Ele assim o fez. Deu ordens ao ministro para que me dispensasse.

Aquele incidente teve grande impacto em minha vida. Mais do que isso, representou um dos primeiros atos do tsunami de intolerância do núcleo ideológico do governo Bolsonaro e de sua tropa de choque não só contra mim, mas também contra diversos líderes cívicos, jornalistas, cientistas, professores e artistas.

A esfera digital é apenas a face mais visível da guerra de líderes populistas e autoritários contra a democracia. Trata-se de uma guerra não convencional e assimétrica.¹ A intimidação on-line, as ameaças e tentativas de difamação mobilizada por *haters*, perfis falsos e robôs podem ter consequências graves no mundo real. Como estamos descobrindo na prática, a batalha virtual pode incentivar agressões off-line e ser acompanhada de outros efeitos menos visíveis, que impactam não apenas as atividades profissionais dos seus alvos — eles afetam a vida das pessoas em todos os níveis.

O Brasil não é um caso isolado. Em todo o mundo, líderes com traços populistas-autoritários estão deliberadamente fechando o espaço cívico — a esfera pública onde cidadãos se organizam, debatem e agem

para influenciar opiniões e políticas públicas. A supressão do debate livre, da mobilização e da participação social exerce efeitos negativos na formulação de políticas públicas efetivas e, por consequência, no bem público.

O fechamento do espaço cívico é fatal para os direitos fundamentais dos cidadãos e para o exercício pleno da democracia. Contraria os ideais da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e da Carta Internacional dos Direitos Humanos – série de tratados internacionais e outros instrumentos adotados desde 1945, que inspiraram as constituições de muitos Estados e democracias recentes.²

As estratégias utilizadas contra a sociedade civil no Brasil fazem parte de uma cartilha populista-autoritária que se espalha mundo afora. Embora os métodos sejam adaptados às realidades locais, o governo de extrema direita brasileiro está agindo de forma semelhante a seus colegas de países como Índia, Hungria, Filipinas, Polônia, Rússia e Venezuela. Seus esforços para fechar o espaço cívico são fundamentais para expandir o poder do Executivo. Há sinais de que líderes populistas estão lendo o mesmo roteiro dessa cartilha também no Reino Unido e nos Estados Unidos, apesar de esses países contarem com um Estado Democrático de Direito – e um sistema de freios e contrapesos entre os diferentes poderes da República – mais sólido. Contudo, sua grande influência e poder afetam negativamente a saúde de todas as democracias.³

Se quisermos defender e recuperar o espaço cívico – e assim revitalizar nossas democracias –, precisaremos detectar melhor os sinais de alerta de que ele está em perigo. Isso significa saber que as sociedades civis estão sendo sufocadas de maneira silenciosa, muito antes de os ataques mais visíveis começarem para valer. É crucial que cidadãos e grupos cívicos tenham informação e conhecimento para que possam se antecipar, buscar aliados e se preparar contra essas ameaças

antes que governos populistas e autoritários fechem seus espaços de atuação e resistência.

No Brasil, após dezoito meses da presidência de Jair Bolsonaro, as forças democráticas se organizaram e agora reagem com mais força. Instituições da República, imprensa e sociedade mostram que a defesa da democracia não é só necessária como possível. Contudo, o perigo não passou, as ameaças continuam presentes. O necessário otimismo não pode nos iludir ou desmobilizar.

É hora de avançar. Para enfrentar nossos maiores desafios comuns, devemos ampliar e reinventar o espaço cívico em todo o mundo. Isso não acontecerá de maneira espontânea. De um lado, os cidadãos terão de se levantar contra as ameaças; de outro, lideranças responsáveis precisarão formar coalizões amplas, capazes de se estender por diferentes áreas e geografias de interesse. No momento em que governos estão se voltando contra seus cidadãos, parece mais urgente do que nunca a ação cívica para intermediar novos pactos sociais⁴ e garantir um planeta mais solidário, cooperativo e sustentável para as futuras gerações.

Este livro é minha pequena contribuição para ajudar leitores e leitoras a entender as ameaças do presente, descrever os métodos de ataque aos espaços cívicos e à democracia e apontar alguns possíveis antídotos.

O tempo está passando. Devemos agir agora.

Ilona Szabó de Carvalho
Agosto de 2020

1. O problema

Muitos países passam hoje por um dramático processo de fechamento do espaço cívico. Governos populistas e autoritários, situados à direita e à esquerda no campo ideológico, vêm avançando de maneira perigosa sobre o trabalho e sobre a liberdade de expressão e atuação de ativistas, jornalistas, acadêmicos e artistas, demonizando os direitos humanos e a ciência, perseguindo e criminalizando os adversários e implementando legislações repressivas. Em países de baixa, média e alta renda, grupos da sociedade civil temem pela própria segurança. Instituições cívicas — de universidades e *think tanks* a organizações de direitos humanos e grupos de mídia independentes — relatam um aumento significativo nas agressões, intimidações e ameaças, vindas de políticos extremistas e seus apoiadores radicais.

Essa percepção de que o espaço cívico está se fechando é um consenso na comunidade internacional de direitos humanos.¹ Na última década, organizações como a Fundação Carnegie para a Paz Internacional,² o Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais (csis),³ o Civicus,⁴ entre outras, chamaram atenção para o problema. Além disso, entidades filantrópicas publicaram vários relatórios sobre as ameaças enfrentadas pelos grupos que atuam no espaço cívico.⁵ Novas organizações foram criadas para se dedicar exclusivamente ao acompanhamento e à análise desse fenômeno.⁶ Embora alguns analistas acreditem que o termo parece abrangente demais para ser analiticamente útil,⁷ há um crescente número de pesquisas demonstrando como a sociedade civil está sendo atacada — ou contraída.⁸

Mas o que exatamente significa o fechamento do espaço cívico? Quais são suas implicações para a democracia em geral? E, o mais importante, o que cidadãos e diferentes grupos da sociedade civil podem fazer a respeito?⁹

O espaço cívico pode ser definido, em poucas palavras, como a camada situada entre o Estado, os negócios e a família, na qual os cidadãos se organizam, debatem e agem.¹⁰ Um espaço cívico saudável e aberto implica que grupos e indivíduos da sociedade civil sejam capazes de se organizar, participar e se comunicar sem impedimentos — e, ao fazê-lo, possam acessar informação, reivindicar seus direitos e influenciar a opinião pública, as políticas públicas e as estruturas políticas e sociais ao seu redor.¹¹

O conceito toma emprestado as definições tradicionais da sociedade civil e da esfera pública, mas vai além.¹² É no espaço cívico que ocorrem as interações entre a sociedade civil em sua diversidade e os governos, o que nas democracias representativas tende a contribuir para uma tomada de decisão mais informada, inclusiva e responsável. Segundo a organização Civicus, três liberdades fundamentais definem as fronteiras do espaço cívico: as liberdades de associação, de reunião e de expressão. Onde essas liberdades são violadas, pode-se dizer que o espaço cívico está restrito ou contraído.

Organizações da sociedade civil, incluindo entidades de defesa dos direitos humanos, grupos que trabalham pelas minorias e comunidades indígenas, sindicatos, organizações religiosas, e *think tanks*, operam no espaço cívico ao lado de grupos de mídia independentes, universidades e outros tipos de entidades não governamentais.¹³ Elas são diversas em seu perfil e orientação ideológica, ocupam espaço contestado e combativo e têm diversas funções, entre as quais a produção e disseminação de conhecimento e o melhor acompanhamento das atividades dos governos e, mais recentemente, das empresas.

De maneira geral, os grupos independentes e que servem ao interesse público promovem mais responsabilidade, transparência, inclusão e justiça. Os esforços de governos para coibir sua atuação, ou até para fechá-los, representam um ataque à democracia, na medida em que restringe direitos e liberdades garantidos na Carta Internacional de Direitos Humanos e em constituições de diversos países, incluindo a do Brasil. Essas ações também podem prejudicar o controle das ações dos governos, o desenho e a implementação de políticas públicas e a oferta de serviços, comprometendo assim o bem público.

É mais fácil descrever do que definir o fechamento do espaço cívico.¹⁴ Essa dificuldade é compreensível, uma vez que diferentes entidades e indivíduos estão passando por um “fechamento” de maneira diferente. Em alguns casos, grupos são afetados por medidas *legais* destinadas a restringir, interromper ou eliminar a ação cívica. Em outros, sofrem obstruções *extralegais*¹⁵ ou *ilegais*, entre as quais se incluem coerção, censura, intimidação e até violência física.

Essas estratégias legais, ilegais e extralegais corroem a capacidade das organizações da sociedade civil, e por vezes também da mídia independente, de exercer sua legítima pressão para que governos mantenham o foco na ampliação do bem-estar das populações e na oferta de bens públicos, de maneira responsável, transparente e democrática.¹⁶ Elas podem também afetar o trabalho de servidores públicos que discordam dos malfeitos em suas instituições e das medidas de intolerância contra indivíduos ou grupos da sociedade com os quais dialogavam ou trabalhavam em conjunto. Muitas vezes eles também se autocensuram para evitar retaliações, ou se licenciam diante de casos mais sérios de intimidação.

Até o momento, a maioria das respostas às tentativas de governos para “fechar” o espaço cívico foi dada por organizações dedicadas à proteção legal dos direitos humanos. Não raro, advogados ajudaram

grupos cívicos a revogar novas leis infratoras e a se proteger de arbitrariedades.¹⁷ Embora a aplicação da legislação de direitos humanos seja essencial, ela é desafiadora em contextos em que os governos violam sistemática e violentamente as liberdades de expressão, associação e reunião, e onde há baixa capacidade de fiscalização do cumprimento das leis.

Nesses casos, instituições públicas como a polícia e os ministérios Público e Judiciário podem, em parte ou em sua totalidade, não operar de forma independente, aplicando leis e decisões de forma seletiva. Com frequência, governos populistas-autoritários também atacam as instituições e outros poderes da República — Legislativo e Judiciário —, tentando minar sua credibilidade ou controlá-los. Ademais, medidas extralegais e ilegais são difíceis de combater pela falta de evidências materiais.

O fechamento do espaço cívico pode prejudicar a qualidade e a efetividade das políticas públicas e a capacidade dos cidadãos de cobrar e responsabilizar seus governos, fazendo-os prestar contas de suas atitudes com transparência e eficácia. Embora esses perigos estejam presentes em muitas sociedades, revela-se especialmente preocupante em democracias menos maduras, com instituições mais fracas ou recentes, e menor capacidade de fazer cumprir o Estado Democrático de Direito — no qual, em resumo, as leis são criadas pelo povo e para o povo, respeitando-se a dignidade da pessoa humana, e onde todos os cidadãos devem participar de forma ativa nas discussões políticas do país.¹⁸

É verdade que em países como o Brasil, uma democracia ainda em consolidação, os grupos que atuam no espaço cívico sempre enfrentaram muitos desafios em sua atuação, principalmente grupos e representantes de minorias e de populações marginalizadas, muitas vezes invisíveis e sem voz. No entanto, o fechamento do espaço cívico

não era uma estratégia deliberada e implementada de forma prioritária pelo governo central desde a transição democrática. Nesse sentido, a escala, a abrangência e o perigo que essas estratégias representam hoje mudaram de patamar e exigem mais do que nunca a união da sociedade civil para sua própria proteção. E em um país desigual como o nosso, os grupos mais vulneráveis a sofrer arbitrariedades e violência — incluindo a população negra, indígena e LGBTQ — precisam de especial apoio e atenção.

Portanto, algo precisa ser feito. O fechamento do espaço cívico está contribuindo para a erosão da democracia, e o fortalecimento da nossa democracia — que virá em parte da reabertura do espaço cívico — é fundamental não apenas para enfrentar nossos desafios domésticos, mas também os desafios coletivos da humanidade.

Não surpreende que, paralelamente ao aumento dos ataques ao espaço cívico, estamos vendo um declínio das democracias: em números, na integridade e também na qualidade. A ideia de democracia remonta à Grécia Antiga, mas sua implementação, como conhecemos hoje, é mais recente. Ela acontece a partir do século xviii, com a promulgação da Constituição americana em 1787 — a primeira Constituição democrática do mundo —, e ainda está em andamento.¹⁹

Robert Muggah e Steven Pinker afirmam que, embora a democracia tenha se espalhado para mais de cem países no espaço de dois séculos (xix e xx), ela também sofreu reveses ao longo do caminho e continua enfrentando resistência até hoje. No entanto, continua sendo o melhor sistema de governança em comparação com as alternativas conhecidas — seja a do domínio dos reis, as teocracias, as ditaduras, ou a autoridade tribal.²⁰

Samuel Huntington popularizou a ideia de múltiplas ondas de democracias descrevendo três ondas principais.²¹ E em seu artigo de 1989, *O Fim da História*, Francis Fukuyama disse que estávamos

*image
not
available*

revogação de todos os programas que abordam estudos de gênero, e até mesmo a expulsão da Universidade Centro Europeia, instituição privada fundada pelo filantropo George Soros, do país. Em 2018, foi aprovada ainda a “lei Anti-Soros” a fim de penalizar indivíduos ou organizações que prestavam qualquer assistência a imigrantes ilegais.³¹ Orbán tem como inimigos organizações independentes, ativistas e jornalistas, acusando seus opositores de disseminarem fake news.³²

Em 2020, a pandemia da covid-19 também se mostrou conveniente para a expansão do autoritarismo do primeiro-ministro que usa o termo “democracia iliberal” para definir seu governo. Em março deste ano, o Parlamento — formado majoritariamente por membros do partido Fidesz — autorizou a concessão de poderes extraordinários a Orbán, sem data prevista para terminar. A medida chamou atenção da Comissão Europeia, e parlamentares pediram punições legais ao país, governado por um homem que “continua a agir para centralizar o poder, controlar as redes de notícia, educação, cultura e ameaçar a sociedade civil”.³³ Em 18 de junho de 2020 o Congresso Nacional votou pelo fim da concessão, mas introduziram em uma nova legislação a possibilidade de o presidente governar por decreto sempre que houver uma emergência de saúde pública sem que o Congresso precise aprovar. Um retrocesso perigoso em relação à lei anterior.³⁴

Nas Filipinas, já no primeiro ano de governo do presidente Rodrigo Duterte, em 2016, o discurso de combate mortal às drogas promovido desde a campanha presidencial levou ao assassinato de mais de 7 mil pessoas por operações policiais e grupos vigilantes ou milícias, encorajados pelo presidente.³⁵ No segundo ano de mandato essa política continuou, e, somada à lei marcial declarada após um ataque de militantes do Estado Islâmico, o ano de 2017 terminou com mais de 12 mil execuções extrajudiciais.³⁶

*image
not
available*

notícias falsas.⁵¹

3. *Censura*

É a supressão da circulação pública de informação, visando à proteção dos interesses de um Estado, organização ou indivíduo. Ela consiste em toda e qualquer tentativa de controlar a circulação de informações, opiniões ou expressões artísticas, com o argumento de que esse material é considerado censurável, prejudicial, sensível ou inconveniente.⁵²

4. *Assédio e intimidação (on-line e off-line)*

Assédio é uma ação que rebaixa, humilha ou constrange uma pessoa. Parte de motivos discriminatórios e tem o efeito de anular ou prejudicar um indivíduo de usufruir seus direitos.

Intimidação implica a indução de medo ou temor, podendo se manifestar sob a forma de ameaça física, expressões ameaçadoras, manipulação emocional, insultos verbais ou constrangimento proposital. O objetivo é impedir que um indivíduo continue seu trabalho ou paralise suas atividades por medo de um ataque.⁵³

5. *Vigilância abusiva e Restrições de direitos digitais (violação da privacidade)*

Vigilância abusiva é o uso de métodos ou tecnologias de vigilância controversos ou ilegais para monitorar a atividade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, violando sua privacidade.⁵⁴

Restrições de direitos digitais são ameaças aos direitos à privacidade on-line e à liberdade de expressão, que são direitos humanos

*image
not
available*

2. Quando você vira o alvo

No início de 2019, fui convidada a participar do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vinculado ao Ministério da Justiça, como representante da sociedade civil. Trata-se de um conselho criado para propor diretrizes à política criminal e penitenciária do Brasil. A participação é voluntária e, portanto, não remunerada. O convite veio do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e teve como base minha atuação por quase duas décadas como especialista em segurança pública e em políticas sobre drogas.

O governo do presidente Jair Bolsonaro estava apenas começando, e o fato de o ex-juiz Sergio Moro ter aceitado seu convite para assumir esse importante ministério surpreendeu a muitos, inclusive a mim. Sergio Moro, um juiz federal do Paraná, era conhecido dentro e fora do país por seu protagonismo nas investigações da operação Lava Jato, uma das maiores investigações anticorrupção do mundo.

Houve dúvidas sobre o alinhamento de suas ações à frente do ministério — cujos eixos principais seriam o combate ao crime violento e organizado e à corrupção — com as propostas de campanha do então candidato Jair Bolsonaro para a pasta, que se resumiam em liberar o porte de armas e aumentar calibres permitidos para civis e eliminar os já insuficientes controles sobre o uso da força pelas polícias. Porém, ele foi apresentado como um superministro e, supostamente, teria carta branca para implementar uma agenda técnica.

Antes de seguir com a minha história, trago um pouco de contexto. O Brasil é a quarta maior democracia do mundo, mas é também uma jovem democracia — emergimos de uma ditadura só em meados da

*image
not
available*

Movimento Brasil Livre –, que me atacava frontalmente desde 2017 por causa do meu trabalho com políticas de drogas, reforma do sistema prisional, controle de armas e em defesa de mais mulheres na política.⁴ Em meados de 2019, esse grupo viria a se tornar oposição ao governo Bolsonaro e reconheceria, em parte, sua contribuição para a polarização e a agressividade no debate público no país.⁵

Quando o ministro Moro e eu nos sentamos para conversar no começo da tarde, a hashtag #ilonanão já era *trending topic* do Twitter no Brasil. *Haters, Bots e trolls*, membros do núcleo ideológico do governo e do suposto “gabinete do ódio”, incluindo filhos do presidente, rapidamente se juntaram à ação, argumentando que minhas opiniões amplamente divulgadas sobre controle de armas e reforma da justiça criminal eram indesejáveis e até perigosas.

Mesmo numa era de ataques on-line e propaganda digital maciça, aquilo foi diferente de tudo o que eu havia experimentado. Em uma campanha digital que durou pouco menos de 48 horas, um grupo de fanáticos da direita (e seus robôs) forçou o ministro da Justiça a me remover do conselho por ordem do presidente. Sim, a guerrilha digital levou um ministro, que até então tinha carta branca, a retirar minha indicação a um conselho voluntário.⁶

Em sua carta de exoneração, Moro elogiou o trabalho da minha organização e lamentou a influência de “alguns segmentos” da sociedade brasileira. Era 28 de fevereiro de 2019, final do segundo mês do governo Bolsonaro:

Brasília, 28/02/2019 – O Ministério da Justiça e Segurança Pública nomeou Ilona Szabó, do Instituto Igarapé, como um dos vinte e seis componentes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão consultivo do ministério. A escolha foi motivada pelos relevantes conhecimentos da nomeada na área de segurança pública e igualmente pela notoriedade e qualidade dos serviços prestados pelo

*image
not
available*

momento pedindo ao ministro Dias Toffoli que adiasse mais uma vez o julgamento (o que seria acatado por ele).¹¹ Tive que explicar a ela que não queria dar entrevistas pelo risco de mais uma vez ser colocada como oposição direta ao governo. Por ser um radical opositor da reforma das políticas sobre drogas, o deputado Osmar Terra foi um dos primeiros parlamentares a atacar o Instituto Igarapé, seja na tribuna do Congresso, seja nas redes, já em 2013.

Por diversas razões, nunca falei ou escrevi sobre esses detalhes até este momento. Decidi fazê-lo agora em função das ações cada vez mais danosas do governo de Jair Bolsonaro contra a democracia. Hoje, são tantos os alvos das estratégias de fechamento do espaço cívico que se faz urgente contar as histórias, reconhecer os padrões e efeitos dos ataques, assim como formar coalizões amplas para freá-los. Nesse sentido, saber que não estamos sozinhos nos deixa mais fortes. E resolvi também que era o momento de detalhar os fatos, por ter sido novamente citada de forma leviana pelo presidente em abril de 2020, em cadeia nacional, como isca para agitar sua base mais radical.¹²

COMO MATAR LENTAMENTE UMA DEMOCRACIA

O presidente Bolsonaro é mais um líder populista e autoritário que usa as mídias sociais e o monitoramento digital para fazer guerra contra seus oponentes políticos e esgarçar as regras democráticas. A desinformação e retórica de ódio estão minando a responsabilidade dos governos, subvertendo a liberdade de expressão e fomentando a violência.

Como descrevi anteriormente, a cartilha seguida por governos populistas-autoritários para fechar o espaço cívico se espalha pelo mundo como parte de uma estratégia mais ampla — a de como matar uma democracia.¹³

*image
not
available*

prática: as restrições ao engajamento e à participação cívica em larga escala.¹⁷

Alguns meses depois, em maio de 2019, utilizando uma de suas estratégias preferidas — o *jogo duro constitucional* —, o presidente publicou múltiplos decretos que desmantelavam a legislação brasileira sobre armas, a mesma pela qual eu trabalhara arduamente para que fosse aprovada no ano de 2003 e implementada a partir de então. Por considerar muito grave o teor dos decretos, nessa ocasião eu voltei ao debate público. E como se o episódio anterior do conselho não bastasse, mais uma vez fui mencionada nominalmente por ele.¹⁸

Os dias que se seguiram às entrevistas e aos artigos que publiquei na grande imprensa, e que geraram mais uma menção pública por Jair Bolsonaro, foram os mais difíceis. Os níveis de intimidação e disseminação de ódio, que dessa vez extrapolaram as redes sociais, só aumentaram. Começamos a enfrentar o desenrolar das estratégias extralegais e ilegais, o que torna difícil saber por quem estão sendo desenhadas e implementadas, qual a veracidade das informações que você recebe, e, como raramente deixam rastro, minha capacidade de denunciar teria pouco ou nenhum efeito. A falta de materialidade de provas não sustentaria o que tínhamos para dizer.

Naquele momento, houve sinais de que poderíamos estar sendo *vigiados* sem ter feito nada de errado, o que infringiria nosso *direito à privacidade*. Entendemos também, a partir de mensagens de ódio, algumas com imagens de violência explícita, que eu estava recebendo ameaças e que, se seguisse na linha de frente do debate, poderíamos (eu, minha família, minha equipe) sofrer consequências mais graves, incluindo a *violência física*.

A criação de um ambiente hostil à pluralidade de opiniões, onde autoridades nomeiam os que defendem ideias diferentes como inimigos a ser perseguidos e calados, pode levar extremistas a cometer atos

*image
not
available*

Depois de muitos meses em que atuei de maneira mais discreta — embora trabalhando de forma intensa —, o presidente Bolsonaro voltou a me colocar como sua inimiga em duas falas públicas. Na ocasião de seu pronunciamento, e em posterior entrevista, sobre a saída do ministro Moro do governo, ele mencionou novamente o meu nome de forma deturpada e agressiva.²⁹

Fui mais uma vez pega de surpresa. Fazia mais de um ano da campanha #ilonanão, e o país estava enfrentando a maior confluência de crises da minha geração. Além das gravíssimas questões de saúde e econômica trazidas pela pandemia da covid-19, o presidente se sentia acuado por acusações em diferentes instâncias, por possíveis múltiplos crimes cometidos por ele e três dos seus filhos. A crise política agravava sobremaneira a gestão da pandemia, que tinha no presidente um dos raros líderes negacionistas no planeta.³⁰

A irresponsabilidade, a negação da ciência, a insensibilidade e o egoísmo do presidente custam ao Brasil — e aos países vizinhos, com quem temos fronteiras difíceis de ser fechadas — dezenas de milhares de vidas. Sua atitude de estimular o caos agravou a já existente crise econômica que terá impacto em todas as áreas-chave para o desenvolvimento do país. Para piorar, a crise ambiental causada pelo desmatamento ilegal desenfreado, que cresce sob a anuência e inação do governo federal, deteriora a imagem do Brasil no exterior e ameaça o futuro das novas gerações.³¹

É desconcertante que, em um momento crítico como esse, o presidente se preocupe em citar um episódio insignificante — a minha nomeação para o Conselho de Política Criminal e Penitenciária — para agitar sua base de apoiadores mais radical e levantar suspeitas sobre a lealdade e inclinação ideológica do ex-ministro Moro. Mais do que isso, o Brasil pôde assistir, perplexo, a Bolsonaro voltar a fazer menção ao

*image
not
available*

sabotam a cooperação nacional e internacional e tomam decisões erradas, pois desprezam a ciência e o debate plural, colocando a todos nós e as próximas gerações em risco. Precisamos do comprometimento individual de todos, da capacidade dos estados de cooperar entre si de forma eficiente e coordenada, e agir coletivamente com os diferentes setores da sociedade. Lideranças responsáveis de diferentes gerações, em governos, empresas e sociedades civis, serão centrais para enfrentar as crises do nosso tempo.

Mas o que são lideranças responsáveis? Como abrir espaço para sua atuação? E qual é o papel de cada um de nós como cidadãos? A parte final deste livro pretende endereçar essas questões com informações e ferramentas básicas para que cada cidadão possa participar ativamente da construção desse novo mundo.

LIDERANÇAS RESPONSÁVEIS

Ao longo da minha trajetória tive a oportunidade de trabalhar e conviver com grandes lideranças nacionais e globais. Mulheres e homens de diferentes matizes ideológicos, características pessoais e estilos de liderar. Elas e eles ocuparam posições de líderes máximos de seus países, de organizações internacionais, comunitárias, sociais e filantrópicas, de grandes grupos empresariais e financeiros, destacaram-se por seu papel cívico na sociedade ou conquistaram um saber notório para figurar entre os intelectuais públicos de maior expressão mundo afora. Apesar dos seus impressionantes feitos e currículos, eu nunca tive dúvida de que aquelas pessoas eram sobretudo seres humanos, com qualidades e defeitos, com erros e acertos, e que carregavam alguns orgulhos e outros tantos arrependimentos e aprendizados em sua história.